PROJETO DE LEI No. 1188 , DE 1.991

Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1o. - É obrigatória a recomposição florestal, pelos proprietários, nas áreas situadas ao longo dos rios e demais cursos d'água, ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais e artificiais, bem como nas nascentes e nos chamados "olhos d'água", obedecida a seguinte largura mínima, em faixa marginal:

I - 30^m (trinta metros) para os cursos d'água de menos de dez metros de largura;

II - 50^m (cinquenta metros) para os cursos d'água que tenham de dez a cinquenta metros de largura;

III - 100^m (cem metros) para os cursos d'água que tenham de cinquenta a duzentos metros de largura;

IV - 200^m (duzentos metros) para os cursos d'água que tenham de duzentos a seiscentos metros de largura;

V - 500^m (quinhentos metros) para os cursos d'água que tenham largura superior a seiscentos metros de largura.

Parág. 1o. - Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a situação topográfica, a recomposição florestal, definida neste artigo, deve ser executada num raio mínimo de cinquenta metros de largura.

Parág. 2o. - A recomposição florestal ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais deverá obedecer ao disposto neste artigo.

PROTOCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.

10194 de 271 / 1992

Intuado c/ 03 folhas

Ass.

PRO: 10194

Artigo 2o. - A execução do processo de recomposição florestal deverá obedecer a projeto previamente elaborado pelos proprietários e aprovado pelo Poder Público.

Parágr. 1o. - Este projeto especificará a técnica a ser utilizada e o prazo para sua execução, que em nenhuma hipótese poderá ser superior a 5 (cinco) anos.

Parágr. 2o. - O Poder Público, através do competente órgão estadual de Proteção ao Meio Ambiente, apreciará o projeto de recomposição florestal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, observando na sua avaliação a estrutura e função do ecossistema.

Parágr. 3o. - O Poder Público, através dos órgãos competentes, prestará orientação técnica para a execução do projeto de recomposição florestal, em especial para a construção de viveiros, escolha das espécies, técnicas de plantio e de conservação dos solos.

Artigo 3o. - Os projetos de recomposição florestal de áreas já devastadas deverão ser apresentados ao competente órgão público estadual de Proteção ao Meio Ambiente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 4o. - As infrações ao disposto nesta lei, sujeitarão o responsável à aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, a fim de ser sanada a irregularidade;

II - multa a ser fixada entre 100 (cem) e 1.000 (mil) vezes o valor da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), ou qualquer outro título público que a substituir, mediante conversão de valores; No caso de reincidência, poderá ser fixada multa equivalente ao dobro do valor máximo;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento de crédito, mantidas por órgãos governamentais ou instituições, em que o Estado seja acionista majoritário.

Luiz

memoria de...

AS. 03
PRO. 1074

Parágrafo Único - Se, da infração cometida, resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, risco à saúde ou à vida, perecimento de bens naturais ou artificiais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada não será, em nenhuma hipótese, inferior à metade do valor máximo previsto.

Artigo 5o. - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Artigo 6o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Apesar da legislação em vigor, fica evidente o processo acentuado de desmatamento no Estado, na ordem de 20% por década, no momento, apenas 750.000 hectares estão cobertos por florestas naturais, isto é, somente 3% da área geográfica do Estado contém floresta natural.

As matas ciliares, vítimas da ação devastadora verificada em toda a cobertura vegetal natural do Estado, têm como função proteger os rios e cursos d'água, evitando o assoreamento do seu leito, agindo como verdadeiros filtros naturais e protegendo as águas da ação devastadora dos agrotóxicos, além de ser um banco de germoplasma que possibilita a manutenção da diversidade das espécies.

Desta forma, inverter a tendência do desaparecimento da cobertura vegetal, e em particular das matas ciliares, constitui fundamental iniciativa do poder público na preservação da qualidade de vida da população do Estado.

Dist

Sala das Sessões, em

Divisão de Ordenamento Legislativo

Esta proposição contém

03 (três) assinaturas.

SDC, 18 / 12 / 1991.

[Handwritten signature]
p/ Chefe de Seção

[Handwritten signature]
Ivan Valente

[Handwritten signature]

Divisão de Ordenamento Legislativo
SEÇÃO DE EXPEDIENTE
Publicação DIÁRIO OFICIAL
DE 19.12.91

os termos do ITEM 3, Parágrafo único do artigo 152 da VI
consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve e-
-zuta nos dias correspondentes de 10 a 22 de 1992.
recebido em 4 a 10 de 1992.
que seguem juntados às fls. de n.ºs _____ a _____

D. O. L. 141 02 192
[Signature]

As Comissões de:
1) Constituição e Justiça;
2) Defesa do Meio Ambiente.
31 fevereiro 1992
CARLOS APOLINÁRIO - Presidente

EXPEDIENTE DAS COMISSÕES
ENTRADA
EM 13/2/92
[Signature]

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ENTRADA
EM 14/02/92
[Signature]

JUNTADA
Segue juntada *cota do relatório*

com 01 fls numeradas a partir
de 04
S.O. 12103192
[Signature]
SECRETÁRIO DE COMISSÃO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO
Ao Senhor Dep. *David Martins*
com prazo para devolução de 10 dias
20 / 02 / 92
Presidente